ATA DA 30ª (TRIGÉSIMA) SESSÃO
ORDINÁRIA DO 2º (SEGUNDO)
PERÍODO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAGUAÍ – RJ

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Itaguaí, sito à Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro reuniram-se os Senhores Vereadores para a 30ª Sessão Ordinária do 2º período do ano de 2015. Procedida a chamada nominal responderam presente os seguintes Vereadores: Nisan César dos Reis Santos – Presidente; Willian Cezar de Castro Padela – 2º Vice Presidente; Eliezer Lage Bento – 1º Secretário; Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – 2º Secretário; Abeilard Goulart de Souza Filho; Genildo Ferreira Gandra; Jailson Barboza Coelho; José Domingos do Rozário; Luiz Fernando de Alcântara; Márcio Alfredo de Souza Pinto; Marco Aurélio de Souza Barreto; Mirian Pacheco da Silva; Roberto Lúcio Espolador Guimarães; Silas Cabral e Vicente Cicarino Rocha, deixando de comparecer os Vereadores Jorge Luís da Silva Rocha e Noel Pedrosa de Mello. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão e convidou o Ver. Eliezer a proceder a Leitura Bíblica: Salmo 122. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou ao 2º Secretário que realizasse a leitura das Atas das Sessões anteriores, cito Ata da 29ª Sessão Ordinária, 26ª e 27ª Sessões Extraordinárias do 2º Período de 2015. Terminada a leitura das Atas, o Sr. Presidente as colocou em discussão e votação, sendo as mesmas aprovadas. Solicitou então ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos expedientes: **Expedientes Recebidos: Mensagem GP nº 37/2015** de 02/09/2015. Encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 3.128 de 24 de junho de 2013”. (a) Weslei Gonçalves Pereira – Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Mensagem GP nº 42/2015** de 02/09/2015. Encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a autorização do Poder Executivo Municipal na incorporação de ativos ao patrimônio do ITAPREVI e sobre a alteração de sua estrutura funcional e dá outras providências”. (a) Weslei Gonçalves Pereira – Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Mensagem GP nº 41/2015** de 02/09/2015. Encaminhando Projeto de Lei que “Aprova o Plano Municipal de Cultura (PMC) e dá outras providências”. (a) Weslei Gonçalves Pereira – Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Emenda 001** de autoria do Ver. Marco Barreto. Acrescenta alínea ao Eixo

3: Economia da Cultura, nas propostas por diretriz, na diretriz: ampliar os recursos financeiros públicos para a cultura local, “Aprova o Plano Municipal de Cultura (PMC) e dá outras providências. **Projeto de Emenda 002** de autoria do Ver. Marco Barreto. Retifica o 2º parágrafo no relatório sobre a elaboração do Plano Municipal de Cultura, do projeto de Lei que “Aprova o Plano Municipal de Cultura (PMC) e dá outras providências. **Projeto de Emenda 003** de autoria do Ver. Marco Barreto. Altera-se o Art. 1º do projeto de Lei que “Aprova o Plano Municipal de Cultura (PMC) e dá outras providências. **Projeto de Emenda 004** de autoria do Ver. Marco Barreto. Altera-se o Art. 3º do projeto de Lei que “Aprova o Plano Municipal de Cultura (PMC) e dá outras providências. **Projeto de Emenda 005** de autoria do Ver. Marco Barreto. Altera-se o Art. 5º do projeto de Lei que “Aprova o Plano Municipal de Cultura (PMC) e dá outras providências. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Genildo Gandra. Institui a escala de trabalho e define a carga horária do agente de trânsito - AGT. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Willian Cezar. Reconhece a função de condutor de ambulância para aqueles funcionários que efetivamente trabalharam como condutor de ambulância por mais de 03 anos. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Willian Cezar. Substitui o nome da creche Municipal Vila Geny por Creche municipal Profª Eliane Lopes Barbosa e dá outras providências. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Terminada a leitura dos expedientes, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão por dois minutos para esclarecimentos regimentais. Retornando da interrupção o Ver. Willian solicitou a dispensa de interstício para as matérias encaminhadas pelas Mensagens 037, 041 e 042/2015. O Sr. Presidente colocou o pedido do Vereador sob apreciação e o Ver. Marco Barreto solicitou vista das matérias. O Vereador Líder de Governo argumentou que por serem matérias com pedido de tramitação em regime de urgência, não caberia pedidos de vista para as mesmas. O Ver. Silas Cabral declarou seu voto a favor da dispensa de interstício e afirmou que, mesmo com esta sendo aprovada, os prazos para o parecer das comissões ainda seria mantido. O Ver. Marco Barreto afirmou que as matérias relacionadas tinham grande abrangência e impacto e que, por isso, gostaria de analisá-la com mais atenção. Atentou então para o fato que a maioria das matérias enviadas para esta Casa pelo Poder Executivo, solicitavam tramitação em regime de urgência. Afirmou que sua vontade era que houvesse tempo para discussão e reflexão acerca das matérias, com a audiência lotada, como já acontecera, pois considerava que vinte e quatro

horas seriam insuficientes para a análise necessária para a legitimação de seu voto. O Ver. Eliezer fez uso da palavra para declarar que a questão não envolveria posicionamento político entre situação ou oposição, mas concordava que as matérias careciam de análise mais minuciosa, principalmente sua, como Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas. Afirmou que a dispensa de interstício é dada pelo Poder Legislativo e não imposta pelo Executivo. Continuou, afirmando que os colegas deveriam concordar que muitas matérias vindas do Executivo chegavam com pedido de urgência sem a real necessidade para tal. Afirmou que os pareceres deveriam ser dados com responsabilidade e se comprometeu declarando que, se o temor dos colegas sobre o prazo de aprovação da lei era em relação à liberação dos pagamentos dos funcionários da Itaprevi, ele cumpriria os devidos prazos. Finalizou afirmando que acataria a decisão da maioria sobre a dispensa de interstício e que cabia ao Sr. Presidente coloca-la ou não em votação, passando por cima da orientação do Presidente da Comissão. O Ver. Marco Barreto acrescentou que também era membro da Comissão de Finanças e que seu posicionamento era em defesa da autonomia do Poder Legislativo. O Líder de Governo, Ver. Willian Cezar, fez uso da palavra para declarar que desde sua entrada nesta Casa vira todos os projetos tramitarem em regime de urgência. O Sr. Presidente colocou então os pedidos de dispensa de interstício em votação, sendo os mesmos aprovados, com votos contrários dos Vereadores Eliezer e Marco Barreto. O Sr. Presidente fez uso da palavra para esclarecer algumas questões: Primeiramente, afirmou que era uma prática habitual não só do governo em exercício, como também de seus antecessores a utilização indiscriminada do regime de urgência e esta era uma questão do Executivo. Declarou que não se tratava de uma questão de sobrepor o Presidente da Comissão de Finanças, como afirmara o próprio, que buscava, no exercício de sua presidência, ouvir todas as opiniões dos Vereadores e dar a eles ciência sobre todos dos projetos em pauta. Porém, os pedidos de vista deveriam seguir o Regimento Interno. O terceiro ponto que esclareceu foi sobre a utilização de royalties, dizendo que era completamente diferente a utilização deste dinheiro para pagamento de maquinário e pagamento de folha salarial. Esclareceu finalmente que para melhor entendimento da questão da matéria, votariam o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e aguardariam a análise da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas. Afirmou que a matéria chegara dois dias antes e que pessoalmente não entendera o objetivo da mesma, prontamente convidando a Presidente da Itaprevi a comparecer em reunião para os devidos esclarecimentos, o que ocorrera na data anterior. Afirmou que esta lei deveria sim ser apreciada com muito cuidado, pois tratava de pensionistas da Prefeitura, cerca de novecentas pessoas. O Ver. Genildo questionou a praxe da Casa,

de se votar as matérias com dispensa de interstício toda na mesma data, que neste caso não seria mantida. O Ver. Eliezer afirmou que regimentalmente, pelo regime de urgência e pela dispensa de interstício, a Comissão teria o prazo legal de um dia para emitir parecer. O Ver. Genildo reiterou sua colocação em relação à praxe da Casa. O Ver. Eliezer em aparte citou o Art. 79 do Regimento Interno e afirmou que se se decidisse por votar a matéria naquele dia o Regimento estaria sendo descumprido, como acontecera muitas vezes antes. O Sr. Presidente afirmou que o plenário seria soberano e que o ouviria quanto a esta questão. O Vereador Líder de Governo apoiou a posição do Presidente. O Vereador Silas afirmou que para alteração dos trâmites o Regimento Interno deveria ser alterado e para isto possui um procedimento descrito no próprio regimento, não se poderia fazê-lo apenas com a vontade do plenário. O Ver. Marco Barreto afirmou que a legalidade era o Regimento Interno da Casa e que os Vereadores eram o Poder Legislativo e deveriam respeitá-la. Em seguida, leu o Art. 79. O Ver. Willian afirmou que o referido artigo não citava a dispensa de interstício e pediu que a matéria fosse votada toda naquela data. O Sr. Presidente consultou nominalmente aos Vereadores sobre como Proceder. A maioria dos Vereadores opinou pela conclusão do trâmite das Matérias naquela data. O Sr. Presidente afirmou que procederia essa vontade. O Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas declarou que sob este jugo não indicaria relator para a matéria. O Sr. Presidente passou à **Ordem do Dia**, solicitando ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos documentos constantes de pauta: **Requerimento nº 130/2015**: Moção de Congratulações e Aplausos ao Subtenente PMERJ José Denis Rodrigues Barros. (a) Luís Fernando - Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 131/2015**: Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. José Moreira. (a) Luís Fernando - Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 85/2015**: Solicitando execução de serviço de terraplanagem e recuperação da rede de esgoto na Rua Osvarino Caetano Mendes, antiga Rua E, no Bairro do Engenho. (a) Genildo Gandra - Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação**: Assunto: Projeto de Lei de autoria do Ver. Nisan César. Ementa: Dá denominação a logradouro público localizado no Bairro Leandro e dá outras providências. Relator: José Domingos. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Sessões, 17/09/15. (aa) Silas Cabral, Márcio Pinto, José Domingos. **Despacho**: Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Resolução nº 005/2015**: Inclui o inciso V

ao Art. 10 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí. A Câmara Municipal de Itaguaí - Estado do Rio de Janeiro, promulga a seguinte: Art. 1º Fica incluído o inciso V ao Art. 10 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí. A Câmara Municipal de Itaguaí. “V- assumir mandato eletivo Estadual ou Federal, na condição de suplente, pelo tempo em que durar o afastamento ou licença do titular, devendo optar, no caso de renúncia, morte ou cassação do titular, por um dos mandatos eletivos.” Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 17/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Nada mais havendo para constar, o Sr. Presidente encerrou a presente Sessão marcando outra logo a seguir. Nós, Domingos e Milton, redigimos esta Ata.

Presidente

Vice Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário